

## UM CERTO ARREPIO

Luiz Carlos Bresser-Pereira

*Folha de S. Paulo*, 31.03.1981

O ministro do Planejamento tem boas razões para sentir “um certo arrepio” quando ouve os líderes empresariais de São Paulo falar na necessidade de um pacto social mais definido entre a burguesia e os trabalhadores. Ele sabe que qualquer pacto social dessa natureza, realizado sem o patrocínio do Estado, é em última análise contra o governo. Foi essa mesma razão que, quando alguns empresários, no final de 1980, falaram em um pacto anti-recessão, a primeira reação do governo partiu do próprio Sr. Delfim Neto, que perguntou, já intuindo a resposta: “Pacto contra quem?”

Na verdade, já existe neste País um amplo pacto social, ainda que muito informalmente estabelecido. É o pacto social democrático de 1977, em torno de três idéias básicas: democracia, redistribuição de renda e manutenção do capitalismo. Ora, se esse pacto não era muito definido quanto aos seus participantes (setores majoritários da burguesia e da classe média tecnoburocrática e os trabalhadores) ele era muito claro quanto ao seu adversário: a tecnoburocracia civil e militar no comando do governo autoritário.

Este pacto social de 1977, que não deve ser confundido com uma aliança política, está na base do processo de abertura que então se inicia. A partir de então, embora imaginando conduzir a abertura política, o governo não tem feito outra coisa senão vir a reboque da sociedade civil. O que não significa que falte autenticidade e mérito, especialmente ao presidente da República, em suas insistentes manifestações (e atos como a anistia e as eleições diretas para governador) a favor da democratização do País.

Agora o pacto social volta-se ou quer voltar-se contra a política econômica recessiva que o governo vem adotando desde novembro. Os trabalhadores e as camadas médias tecnoburocráticas (estas as mais prejudicadas com a desaceleração que vem desde 1975 e agora transforma-se em recessão) estão claramente contra a recessão e portanto contra a política econômica monetária. Os empresários também estão contra, mas hesitam por não verem com clareza uma alternativa de política econômica administrativa para sair

da crise. O Sr. Delfim Neto, que era a esperança de uma política alternativa dessa natureza, não foi bem sucedido em sua tentativa entre agosto de 1979 e outubro de 1980, e afinal optou pelo monetarismo.

Enquanto isso o governo procura, sob todas as formas, recuperar o apoio dos empresários. Este continuará a ser dado formalmente, como aconteceu em São Paulo na última semana. Este é o ônus de ser a classe dominante, e também traduz a dependência da burguesia em relação ao Estado. Mas é pouco provável que esse apoio seja efetivo enquanto a política econômica do governo continuar atrelada a um monetarismo estreito.(31/03)